

Projeto que muda Lei das Estatais traz insegurança jurídica, diz Mesa Corporate Governance

"A maior preocupação é se as regras da Lei vão continuar valendo ou se, dependendo da necessidade política, haverá mudanças", afirma Marcatti

Por Victoria Netto, Valor — São Paulo

14/12/2022 16h00 - Atualizado há 18 horas



O projeto de lei que muda um trecho da Lei das Estatais, aprovado ontem à noite pela Câmara dos Deputados por 314 votos a 66, abre caminho para novos ajustes e traz insegurança jurídica, avalia o diretor-presidente da Mesa Corporate Governance, Luiz Marcatti.

- **Leia mais:**

- **Mudança na Lei das Estatais abre espaço para politização na Petrobras, diz conselheiro**
- **Mudança em Lei das Estatais representa retrocesso em governança, diz advogado**
- **Mudança na Lei das Estatais reduz proteção contra ingerência política, dizem bancos**

O projeto reduz de 36 meses para 30 dias o prazo de afastamento de pessoas indicadas à alta gestão de empresas públicas que tenham ocupado posições políticas antes. Apenas PSDB, Cidadania e Novo votaram contra o texto, que agora segue para o Senado Federal.

"A maior preocupação é se as regras da Lei vão continuar valendo ou se, dependendo da necessidade política, haverá mudanças. Principalmente do ponto de vista de governança corporativa, se você muda as regras de acordo com o jogo, você cria instabilidade", afirma Marcatti.

Ele lembra que a Lei das Estatais nasceu com o intuito de proteger as estatais dos "interesses cruzados de cunho político e eleitoral". "Até ontem, a Lei estava muito bem escrita, trazia uma série de proteções e salvaguardas. O maior desafio mesmo é fazê-las acontecer de fato", comenta.

As restrições à indicação de políticos para cargos de direção em estatais e agências reguladoras foi uma resposta a escândalos de corrupção em empresas públicas, investigados pela operação Lava-Jato.

A mudança atual tem potencial para beneficiar Aloizio Mercadante, indicado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também outros políticos de partidos do Centrão, que podem passar a ocupar cargos em estatais e agências reguladoras.

Para Marcatti, a ingerência começa a partir da indicação do nome. "A premissa é muito ruim, porque não se está olhando para o histórico do executivo, seu currículo e se é o melhor para a empresa", afirma. "Aqui não estamos julgando especificamente se o Aluizio Mercadante é competente ou não para o cargo, mas isso causa uma piora para a imagem do Brasil no exterior, porque traz uma insegurança jurídica em relação às empresas."